

Comunicações e Informações

*A Teleducação e o Trabalhador**

Luiz Antônio Marcuschi

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Nota prévia

Estas observações retratam reflexões feitas a partir de uma dupla motivação: primeiro, de minha experiência como consultor de Língua Portuguesa e assessor especial do *Telecurso 2000*, nestes dois últimos anos; segundo, em razão de preocupações relativamente ao discurso de alguns de nossos governantes sobre a teleducação como possível solução para os problemas educacionais do País. Como não sou especialista em educação, e muito menos em teleducação, mas estou engajado em um projeto educacional no formato de telecurso que considero de gran-

de relevância por seu sentido social e político, julguei oportuno dar a público idéias com as quais não espero que se concorde, mas das quais espero que se possa partir para outras melhores.

Ponto de partida

Trivial, mas não irrelevante, é a observação de que o Brasil é um país desigual na maioria de seus aspectos. Até aí nada de mal, pois imagino que há uma desigualdade boa e uma ruim. A boa é a desigualdade que se traduz como *diferença*, ou seja, a multiplicidade de idéias, de tendências, formas de agir, vestire assim pordian-

* Conferência apresentada originalmente na 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Luis do Maranhão, julho de 1995.

te. Esta desigualdade propicia a riqueza cultural e a diversidade que se compara à enorme pluralidade de fenômenos que há na natureza. Mas há uma desigualdade ruim, ou seja, aquela que se traduz como *discriminação* e diz respeito a direitos desigualmente distribuídos, diferenças gritantes no acesso à vida digna, riqueza excessiva ao lado da pobreza injustificável, disparidades regionais, e assim por diante. Desta desigualdade surgem as opressões, a mutilação e o desrespeito humano.

Rigorosamente falando, *somos um protótipo de diversidade*: biodiversidade, sociodiversidade, etnodiversidade... Uma diversidade tão rica, abundante e grande quanto às próprias dimensões do País. Contudo, alimentaram-se, aqui, ideais de homogeneidade, tais como o mito da homogeneidade lingüística, não obstante nossa enorme e malconhecida diversidade neste aspecto.

Portanto, dizer que somos visceral e irremediavelmente heterogêneos, diversificados, é repetir o óbvio. Até aí nada de mal, se essa diversidade não fosse tão carinhosamente alimentada a ponto de se

tornar perversa, operando como fator de discriminação e exclusão. A diferença é em si saudável, até mesmo desejável, pois é um dos motores da crítica e da mudança. Ela só passa a ser preocupante quando estimula práticas discriminatórias ou tende à discriminação.

Essa discriminação é, no Brasil de hoje, visível em todo e qualquer meio em que nos encontremos, seja na área urbana ou na rural; no trabalho ou na rua; no lar ou na vida institucional. O contingente dos excluídos do consumo dos bens sociais, culturais e das demais riquezas produzidas neste país é alarmante. Daí a urgência de políticas públicas claras nas áreas econômica, social, da saúde, da cultura e do ensino.

O ideal de igualdade de direitos e oportunidades numa sociedade tão desigual como a nossa não pode continuar sendo por mais tempo uma simples utopia. Só deixaremos de ser um desafio permanente a todo tipo de planejamento social, cultural e educacional, quando houver uma vontade política que transforme a justiça social em prioridade nacional. É possível que isso

aconteça mesmo na contramão da vontade política, tendo em vista que a necessidade de diminuição das desigualdades está, hoje, se tornando até mesmo uma exigência de mercado. A desigualdade é tão grande e os "desiguais" são tantos que nossa capacidade de competir já atingiu níveis críticos e insuportáveis até aos menos sensíveis.

Como o acesso à propriedade e aos meios de produção (ao capital, portanto) não é fácil, e como o *conhecimento* é cada vez mais valorizado em nossas sociedades contemporâneas, sendo ele visto até mesmo como uma porta para a solução de grande parcela de problemas, parece razoável supor que o caminho mais promissor e factível, como hipótese para a redução das desigualdades, seja precisamente o de uma maior distribuição desse conhecimento. Contudo, sabemos muito bem que o acesso ao conhecimento continua precário e difícil, além de não ser uma solução que, isoladamente, dê todos os frutos

esperados. Seria, no entanto, um bom início.

Esclareço, desde logo, que meu ponto de vista não é a idéia simplista de que uma maior distribuição do conhecimento seria em si mesma um fator decisivo para a diminuição das desigualdades. A crença no poder do conhecimento, que persiste desde o início do século, especialmente após a 2ª Guerra Mundial, tornando-se inclusive a ideologia dominante nos anos 50-70, sobressaindo em paradigmas teóricos da sociologia da educação, anda hoje um tanto abalada, como bem mostrou Petitat (1994) em suas análises sobre o tema.¹

Nos anos 60-70, desenvolveram-se teorias que postulavam relações diretas entre crescimento econômico e educação. Dizia-se que os índices de desenvolvimento poderiam ser medidos por índices de alfabetização. A educação formal era vista como investimento. A própria Unesco fez disso seu principal argumento para as campanhas de alfabetização em massa. Hoje, embora ainda persista a mesma ideologia na

¹ Refiro-me a PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Trad, do orig. francês de 1982.

Unesco, sabe-se que este é um caminho de resultados pouco exemplares quando não acompanhado de uma série de medidas complementares. De resto, estudos recentes sobre a relação entre alfabetização e desenvolvimento mostram que não *há uma correlação linear e constante* entre ambos ao longo da História tal como mostrou Graff nos estudos sobre a história da alfabetização.²

Além disso, postular de modo radical que, do ponto de vista do trabalhador, o conhecimento é capital não parece correto. Pois mesmo que seja um capital inegável, ele não frutifica do mesmo modo que o capital dos meios de produção. O trabalhador com muita educação, ou seja, muita formação, é um capitalista a serviço de outro capital como mostra o já citado estudo de J. Petitat (1994). Portanto, não é no nível individual que a educação para o trabalhador deve ser posta. Seria possível dizer que quando o trabalhador "investe" no seu conhecimento, ele está adquirindo uma mercadoria valiosa no mercado de

trabalhos futuros, mas não uma ferramenta de efeitos imediatos. O grande problema é que o trabalhador vive no presente, como todos os demais seres humanos, inclusive os que não trabalham.

Não há dúvida, porém, que o conhecimento, no século XXI, será a principal matéria-prima para a própria sobrevivência da humanidade. Pode-se até afirmar que o conhecimento se tornará uma grande esperança para a reorganização das estruturas sociais e um fator da mobilidade social. Por isso, é importante pensar formas de desenvolver sistemas de distribuição do conhecimento de maneira mais equitativa e continuada do que a escola formal está conseguindo. Daí a necessidade de se pensar alternativas de ensino mais eficazes e informais. E neste contexto que pretendo situar minhas reflexões sobre os telecursos na sua relação com o trabalhador. Um contexto pouco usual de ser pensado e por isso mesmo bastante estranho como ponto de partida para este tipo de reflexão.

² Maiores detalhes podem ser vistos em GRAFF, Harvey *i. Os labirintos da alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. Original francês de 1987.

O papel dos telecursos

Segundo muito bem lembram os sociólogos da educação, a escola foi uma das rmais importantes invenções sociais. Talvez seja tão relevante quanto a própria invenção da escrita. Significou a sistematização da formação do indivíduo, e seus resultados continuam inegáveis. Tornou-se, na sua versão de ensino fundamental, até mesmo prática obrigatória por lei em quase todos os países do mundo, garantida inclusive como direito individual de todo e qualquer cidadão.

Com isto, a formação do indivíduo nas sociedades contemporâneas institucionalizou-se e tomou-se extremamente formal. É aqui que entra o papel dos telecursos. Sobretudo para quem tem suas oportunidades de estudo muito reduzidas, tal como o trabalhador. Pois o trabalhador gasta suas energias na tarefa de produzir bens que não pode, na maioria dos casos, consumir. Gasta seu tempo com o trabalho para manter-se a si e a sua família, não lhe restando oportunidade para a formação individual. E quando a oportunidade se oferece,

ela é cara, em horários impróprios ou de acesso difícil.

Pergunto, pois: Qual o lugar e o papel dos telecursos neste contexto? Entenda-se aqui o telecurso como teleducação voltada para o trabalhador. E tome-se como contexto o indivíduo na vida produtiva em situação de trabalho.

Neste contexto e para esta clientela, os telecursos, quando levados a sério pela iniciativa privada, pela empresa e pelo empresário, podem ser uma saída com vantagens evidentes para ambos os lados: para o trabalhador e para o empresário. Contudo, gostaria de deixar claro que os telecursos para o trabalhador não são nem devem ser uma espécie de ensino compensatório. Nem devem ser apenas cursos supletivos como os demais. Pois o trabalhador é um tipo de "cliente" diferente do aluno regular das escolas formalmente instituídas. Na verdade, o trabalhador que não concluiu seus estudos básicos (tal como o aluno dos telecursos) é uma pessoa que tem exigências específicas. Portanto, o primeiro que um telecurso tem de fazer é identificar sua clientela, para ser orientado.

Poderíamos até mesmo dizer que os típicos alunos de telecurso são um contingente razoável de aprendizes que servem de contundente prova contra várias teses a respeito da evasão escolar. Eles provam, por exemplo, que a continuidade dos estudos na escola regular depende de algo muito mais profundo do que dos resultados atingidos na própria escola. A desistência ou a evasão escolar decorrem, em boa parte dos casos, da desigualdade de condições a que muitos desses alunos estavam submetidos. Não é nem mesmo um problema de acesso à escola, pois esta lhes estava franqueada. Eles se evadiram da escola porque tinham de sobreviver e porque a escola estava desligada do setor produtivo. Eles tinham de contribuir para a sobrevivência da família e a escola não se organizou na integração de ensino e produção.

Nossas sociedades dividiram-se, em geral, de maneira muito estanca, com base em princípios do tipo: *tempo de aprender é tempo de aprender; tempo de produzir é tempo de produzir*. Contudo, é possível pensar que aprender e produzir po-

dem se dar como atividades concomitantes em boa parte dos casos. Tudo depende de nossa perspectiva e de nossa forma de organizar as atividades educacionais e econômicas, bem como de nossas formas de distribuir o tempo ao longo do dia na relação com essas atividades.

Antes que seja mal-entendido, esclareço que estou me referindo aqui apenas à organização do tempo dos indivíduos adultos e não ao das crianças e ao dos jovens, que deveriam, de qualquer modo e a todos os custos, ser poupados, até uma certa fase da vida, de terem de lutar pela própria sobrevivência e terem garantido pelo Estado o direito à formação básica. Como mais adiante ainda ficará claro, refiro-me aos 40 milhões de brasileiros que não tiveram garantidos esses direitos. Refiro-me, pois, a um estado de coisas anômalo e busco discutir o papel dos telecursos nesta condição de vida.

Os telecursos podem ser, num contexto assim delineado e na forma como estão sendo pensados neste momento, e quando voltados para o trabalhador, um modo de integrar a empresa numa empreitada da qual ela

será a beneficiária imediata ao lado do próprio trabalhador. O papel dos telecursos voltados para o trabalhador é ter o próprio trabalhador e seu trabalho ou contexto de vida como centro de atenção. Neste caso, haveria reorientação específica não tanto de conteúdos formais em si, mas de formas de ensino mais adequadas.

Os telecursos voltados para o trabalhador podem representar, quando pensados na sua relação com a atividade produtiva, uma espécie de redefinição de espaços de aprendizagem. Não se trata, em primeira mão, de uma questão de adequação dos materiais de ensino, mas sim de uma adequação muito mais profunda, que é a adequação do sistema de ensino na sua relação com o sistema de trabalho. E aqui está a tese central desta exposição: *os telecursos podem tornar-se uma forma de integrar o ensino na atividade produtiva da empresa*. Não se trata propriamente de uma institucionalização do ensino em

outro contexto, mas de uma *integração do ensino ao setor produtivo*.

Não falo aqui apenas do telecurso que visa à formação fundamental do indivíduo, como, por exemplo, o caso do *Telecurso 2000*, da Fundação Roberto Marinho e da Fiesp.¹ Pois esta vem sendo sobretudo uma resposta conjuntural à contingência de sociedades - como a nossa - que não souberam levar a frente planos educacionais conseqüentes e adequados ao público a que se dirigiam. Falo, pois, de telecursos de todos os tipos, incluindo aqui a formação profissional continuada.

Quanto a telecursos, como o *Telecurso 2000*, suponho que sua glória seria o fato de terem data marcada para sua extinção. Pois no dia que tivessem cumprido a função de escolarizar os 40 milhões de trabalhadores a que se destinavam, deveriam, com muita honra, ser postos nas galerias de museus como curiosidades culturais e marcas de

¹ Quanto a esse telecurso, especificamente, é bom que se frise tratar-se de um *Projeto de Educação* e não apenas de mais um telecurso como os demais. O que o caracteriza é a concepção (educação para a cidadania e para o trabalho) e, ainda, a forma de realização (com conteúdos voltados para a realidade e o contexto do trabalhador). Além disso, quanto à concepção pedagógica, trata-se de uma iniciativa que procura eliminar a forma canônica do professor e introduzir os modernos recursos da mídia e da documentação, estilo reportagem, etc, de acordo com os padrões televisivos atuais, sem no entanto ferir as bases dos preceitos pedagógicos fundamentais.

uma época. Daí surgiria a necessidade de outros tipos de telecursos. Aqueles, por exemplo, que auxiliavam de maneira permanente com matérias interessantes a todo tipo de formação, inclusive a formal, em sala de aula.

Portanto, quando sugiro a integração do ensino na empresa, não penso apenas em telessalas que forneçam o ambiente ideal dentro da empresa para o ensino-aprendizagem, mas penso principalmente na criação de condições de ensino com vista à própria profissionalização continuada. E neste sentido que defendendo a tese de que *se quisermos desenvolvimento sustentado, teremos de fundamentá-lo, primeiro, numa política formação continuada e contextualizada*. Uma política que não pode ser esperada do poder público, mas que deve ser instituída pela própria iniciativa sindical e empresarial. *Toda empresa deveria aspirar a ser uma escola em sua área*. Aliás, esta é uma dívida da qual a área empresarial ainda não se conscientizou. E no caso brasileiro, com certeza, pagará bastante caro por isso um dia.

Ao lado disso, é também importante perceber que quanto mais integrarmos o ensino à própria atividade produtiva, tanto mais estaremos dando resposta a uma questão bastante complexa, que é a da superação da atomização da vida do trabalhador. Eu me refiro aqui ao seguinte: a estrutura das atividades sociais, tal como estas se dão em sua maioria desde o início do século, levou a uma dissociação muito grande entre família, local de trabalho, local de formação e até de lazer. Isso traz conseqüências práticas e pressiona o uso do tempo. Impede até mesmo a criação de redes de relações interpessoais nítidas e traz dificuldades de operacionalização da vida diária. Cria conflitos de toda ordem na vida do trabalhador e o impede que organize sua vida diária.

Contudo, volto a insistir que a redução das diferenças na distribuição do conhecimento, mesmo por medidas como as que proponho aqui, não garante, por si só, a redução da desigualdade nem o aumento da competitividade no nível individual. Daí a necessidade de se pen-

sar, no caso específico do setor produtivo, em algo especial e diferenciado. Por isso, estou sugerindo a integração do ensino na empresa como atividade programada e integrada à própria produção.

Sabemos que o capital humano rmais abundante e rmais bem distribuído é a força de trabalho. Mas o capital humano rmais maltratado é a força de trabalho. Em boa parte dos casos esse capital não só é maltratado, mas é desperdiçado. Essa contradição vai continuar, mas pode ser diminuída. Talvez isso possa ser mudado na medida em que se passe a oferecer, de uma maneira rmais generalizada e sistemática, uma força de trabalho rmais qualificada. E isso pode ser feito oferecendo condições de aprimoramento no próprio local de trabalho. Esse deveria ser um dos objetivos dos telecurso voltados para o trabalhador. E é nesse sentido que compreendo a educação para o trabalho e imagino o telecurso como um instrumento adequado. *Portanto, fique claro que o primeiro objetivo da teleducação não é simplesmente compensar a escola.*

Antes de prosseguir, lembro que se falo com insistência do trabalha-

dor na empresa, não ignoro o trabalhador na área rural ou aquele que não se situa em empresas. Nesses casos, a situação é parecida. O que muda são as formas de operacionalizar a aqui apregoada necessidade de integração trabalho-ensino. Neste momento, restrinjo-me, até por uma questão de espaço, ao trabalhador situado na empresa.

Pensando nisto, pode-se agora imaginar como deveriam ser a teleducação voltada para o trabalhador. Sobretudo aquele trabalhador que não atingiu o grau pleno de cidadania porque não conseguiu os meios para tanto. Aquele trabalhador que tem uma série de experiências negativas em relação à escola e não consegue libertar-se delas facilmente. Aquele indivíduo que precisa de rmais competência para produzir com qualidade e que, em contrapartida, possa melhorar sua própria qualidade de vida, mas que, contritoriamente, continua sendo o que menos condições tem de se aperfeiçoar e melhorar sua própria qualidade de vida. Aquele que preenche o perfil do "cliente" de um telecurso do tipo *Telecurso 2000*.

Nas observações que farei a seguir, tentarei mostrar como a teleeducação para o trabalho pode contribuir nesse sentido. Também mostrarei que ela deve ser mais do que a simples transmissão de cursos regulares pela TV ou a formação em generalidades. Trata-se de pensar e conceber a teleeducação como *projeto educacional* para a cidadania consciente e competitiva e não como compensação para a escola regular.⁴

Produção e transformação

Identificar os valores hoje dominantes como bens socialmente desejáveis e tentar distribuí-los em massa para a população carente são uma forma de reproduzir modelos que de algum modo já estão falidos. Portanto, não se trata de, pela via do telecurso, levar ao trabalhador, de maneira informal, o mesmo paradigma da escola formal ou dos inúmeros cursos especi-

ais para fins específicos, tais como vestibulares, concursos e outras coisas do gênero.

Nós sabemos, e já disse aqui, que a formação do indivíduo nas sociedades contemporâneas institucionalizou-se. Se por um lado foi uma coisa boa, por outro, anestesiou e burocratizou o conhecimento, colocando-o numa redoma de formol. De algum modo levou também a um progressivo desinteresse por parte dos aprendizes. Esta crítica nada tem de original nem é nova. Mas não deixa de ser válida. Diz respeito a conteúdos, trata da política relativa a decisões sobre materiais de ensino e sua adequação ou não às necessidades da própria sociedade.

Resta, pois, perguntar-se que tipo de conhecimento deve ser repassado ao trabalhador. Que formas de ensino devem ser usadas neste caso e que estratégias para atingir resultados razoáveis devem ser postas em ação. Com certeza, temos de

* Neste ensaio não estou preocupado com todos os fenômenos da teleeducação, mas apenas com o aspecto definido inicialmente. Recentemente, o MEC criou um órgão encarregado apenas do Ensino a Distância, com o objetivo de fornecer cursos; primeiro de reciclagem de professores e, depois, para outras finalidades. Funcionará, ao que tudo indica, um canal de TV somente com este objetivo e na trilha do que os americanos e canadenses estão realizando. Não disponho, porém, de maiores detalhes sobre a questão.

falar em vários tipos de telecurso e não em um único modelo.

Em primeiro lugar, gostaria de deixar claro que um telecurso, seja ele do tipo que for, mesmo que voltado para o trabalhador, não é uma panacéia geral ou farmácia milagrosa. Ele é apenas um instrumento parcial no contexto de um conjunto de medidas. É a escola aberta que permite a todos o acesso a alguns bens culturais e sociais mínimos. Além disso, a teleeducação exige minimamente a posse de (ou acesso a) um aparelho receptor, o que não é pouco.

O trabalhador é um sujeito que produz riquezas, mas não é reconhecido como produtor de saber. Esta não é uma frase de efeito, é uma constatação. Ele é um agente da transformação, mas lhe é negada a participação formal e efetiva nas decisões sobre os rumos dessa transformação. Na maioria das vezes sequer tem consciência delas. Trata-se de um ser que não define seus destinos. Pior ainda: nega-se-lhe esse direito. O mais trágico, porém, é que os próprios sindicatos de trabalhadores não se apercebem de seu papel fundamental neste tipo de ativi-

dades e se perdem em reivindicações de ordem sempre imediata e reativa. Não tomam a dianteira da história. Perdem o bonde e andam a pé.

Eu creio que os telecursos poderiam levar o indivíduo a pensar na sua condição e nas possibilidades que ele tem de transformá-la. É provável que mediante um ensino mais integrado à vida produtiva tenha-se uma formação que possa até mesmo conduzir a um tipo de atividade mais participativa nos destinos da empresa. Pode conduzir a mudanças no sistema de gestão. Pode chegar a instituir novas formas de profissionalização e os tão ansiados rodízios que minorariam o desgaste produzido pela rotina estafante.

A escola burocratizada e institucionalizada é, no geral, uma mera reprodutora do saber instituído, sem se fazer perguntas sobre a relevância desse conhecimento. O sujeito é capaz de passar três semanas estudando *Os Lusíadas*, sem ter a menor curiosidade da utilidade disso. Não estou postulando o pragmatismo imediatista, mas gostaria de sugerir que os telecursos voltados para o trabalhador devam, pelo me-

nos, ter algo em relação ao trabalhador. O nosso problema, em quase todos os nossos programas de ação, é que em geral não temos sensibilidade para o "cliente" desses programas.

Os atores sociais envolvidos na educação (como responsáveis) podem até ter consciência dessa sua condição de reprodutores de inutilidades, mas pouco fazem em relação a isso. Não quero aqui pleitear para a educação formal no ensino fundamental uma atitude de produtores do saber. Nem quero transformar o trabalhador num cientista ou pesquisador, mas, pelo menos, em consumidor crítico. Seria importante ensinar algo, ensinar como chegar a algo, como usar algo, ensinar para que serve tudo isso e assim por diante. O erro está em pensar que os objetivos não fazem parte do conteúdo.

Neste contexto, vale a pergunta: *Porque não usara empresa (ou atividade em que o indivíduo se acha engajado) como um laboratório natural?* E por que não fazer do telecurso um veículo para a operacionalização da distribuição do saber assim gerado? É provável que

nessas condições a empresa se torne um gerador de conhecimentos de alta qualidade. Aliás, seria conveniente perguntar por que, no Brasil, a iniciativa privada investe tão pouco em educação e pesquisa de um modo geral. De acordo com as estatísticas, a iniciativa privada investe menos de 10% em pesquisa em relação ao que o governo federal vem fazendo. E o nosso governo investe pouco, talvez 30 vezes menos que o do Japão.

Tipos de telecursos para o trabalhador

Afirmo que não há apenas um modelo de telecurso voltado para o trabalhador. Talvez seja oportuno fazer um breve exercício tipológico e vislumbrar pelo menos algumas formas diferenciadas de telecursos dessa natureza.

O telecurso hoje rnaís difundido e conhecido no País é o já mencionado *Telecurso 2000*, de iniciativa privada e produzido pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o Sistema Fiesp como projeto educacional. Trata-se de um modelo, a meu ver, paradigmático. Mas, como

já frisei, responde a necessidades específicas e seu sucesso determina que tem data marcada para desaparecer. Serve a propósitos determinados pela conjuntura, pois atende a uma clientela estimada em 40 milhões de brasileiros que não concluíram o ensino fundamental e que se acham ou trabalhando, ou procurando um trabalho. Pois é bom ter em mente que os desempregados também foram considerados nessa proposta pedagógica. Além disso, teve-se em mente atingir tanto os trabalhadores urbanos como os rurais, o que, possivelmente, não foi conseguido devido precisamente à grande diversidade que caracteriza esses dois universos.⁵

O modelo de que estou falando é composto por cursos fundamentais (1^o e 2^o graus) regulares, voltados para o trabalhador, com terminalidade e avaliação no processo. A novidade maior é que ele está se instituindo de modo integrado à empresa, na medida que institui telessalas ou telepostos

na própria empresa. Isto é uma iniciativa e um passo que não devem passar em branco aos nossos educadores e aos nossos sociólogos da educação. Trata-se de algo inédito e não existente antes. É uma novidade enquanto iniciativa. Similar a ele, mas com outra concepção, é o trabalho da Fundação Bradesco. Resta saber de seus resultados nos próximos anos, já que estamos ainda em fase de estréia desse paradigma que diverge muito do antigo telecurso.

Existe, no entanto, um outro tipo de telecurso para a educação cuja exploração apenas se inicia. É o telecurso profissionalizante. Iniciativa no setor, está em fase de desenvolvimento pela Fundação Roberto Marinho e pelo Sistema Fiesp, com o apoio do Sesi, Senai e Sebrae. Mas se trata de iniciativa que corresponde a necessidades bem localizadas e que atinge uma parcela relativamente restrita de "clientes" potenciais. É, no entanto, nessa perspectiva que imagino

⁵ Mas este é um grave problema com o qual ainda não sabemos como lidar, pois, se por um lado lemos de atingir o universo potencial por inteiro, por outro, este universo é tão desigual que não pode receber materiais unificados. Trata-se de uma situação dilemática que beira o paradoxal e não tem, a meu ver, uma sugestão pacífica de solução.

que poderia surgir uma valiosa vertente de telecursos dos mais diversos tipos, que providenciariam a formação profissional continuada e um aperfeiçoamento maior a grande número de trabalhadores. Seria já uma forma de sair do ensino fundamental e partir para uma especialização na profissão.

Além desses dois paradigmas podemos imaginar um terceiro, com possibilidade de sucesso bastante grande, que é a formação em setores bastante amplos da vida do cidadão. Há, no dia-a-dia, uma enorme quantidade de atividades que não se aprende sem alguma dificuldade. Não custa montar cursos específicos sobre estes temas e torná-los fontes de instrução. Melhorar, no trabalhador, as condições de enfrentamento das situações da vida diária é dar-lhe mais segurança até mesmo em seu trabalho.

Por que não aprender, na empresa (e fora dela), como enfrentar as situações jurídicas mais elementares, as situações financeiras mais comuns, os problemas de segurança do dia-a-dia, as melhores formas de prevenção de doenças?

E tantas outras coisas que nossa sociedade enfrenta. Com certeza, me perguntarão se este não está já sendo um dos papéis das televisões educativas. Certo, porém é bom ter em mente que as televisões educativas em geral não produzem telecursos, mas programas educativos, mas programas educativos ou formas de esclarecer problemas específicos. Quando falo em telecursos, refiro-me a uma educação continuada, tenho em mente um ambiente que favoreça a discussão e o crescimento coletivo. E isto pode ser feito com grande proveito no ambiente de trabalho.

O papel do Estado e da iniciativa privada na teleeducação para o trabalho

Esta é, indubitavelmente, uma indagação fundamental: Qual o papel do Estado e da empresa nos telecursos?

Parece-me que dois pontos devem ficar desde logo claros:

1. O Estado continua responsável pela garantia do ensino básico

disso, o Estado continua responsável por propiciar as condições ao cidadão para que ele tenha uma formação básica adequada sem que tenha de deixar a escola para trabalhar.

2. Os telecurtos não são um remendo para a incompetência da escola ou do Estado. Estes são e devem ser fenômenos independentes.

Esclareço minha posição quanto a estes aspectos demasiadamente delicados. Os telecurtos voltados para o ensino fundamental, tal como o caso do *Telecurso 2000*, são muito mais uma necessidade decorrente das estruturas sociais e econômicas de nossas sociedades altamente industrializadas. A razão para a evasão da escola não está primordialmente na incompetência ou na falência de nosso modelo de ensino. Mas sim em boa medida na própria organização de nosso sistema produtivo. Há, aqui, uma progressiva dissociação entre as necessidades econômicas e a cultura escolar.

Justamente por isso julgo fundamental que o empresariado tome a si a parte que lhe cabe na solução de um problema pelo qual ele é um dos responsáveis. Penso que se trata de redefinir o próprio perfil do

ensino em relação ao trabalhador, sobretudo do ensino na sua modalidade formal. Futuramente, com tecnologias cada vez mais avançadas, será necessário um trabalhador capaz de novas atividades.

O que pode a teleducação voltada para o trabalho?

A teleducação pode muito, quando bem planejada e bem executada, feita com critério e bom gosto. É só analisar os vários exemplos da Fundação Roberto Marinho, da Fundação Bradesco, da Fundação Roquete-Pinto e outras. Na verdade, neste momento, olha-se para a teleducação com uma visão um tanto distorcida. Mas isso é fácil de corrigir.

No momento, espera-se que a teleducação consiga melhorar o currículo das empresas, ao levar seus funcionários a terem, com certa facilidade, um diploma de 1º ou 2º grau, mediante a instituição de telessalas. Mas não é bem esse o sentido dos telecurtos. O ponto de vista deveria ser outro: deveria ser, em primeiro lugar, o próprio trabalhador. A melhoria do currículo da empresa é uma decorrência.

O que pode um telecurso para o trabalhador? Entre outras coisas, um telecurso para o trabalhador pode:

— criar condições de aprendizagem pelo canal informal de modo organizado;

— criar condições de desenvolver cidadania;

— criar condições de acesso a bens culturais de outro modo inacessíveis;

— criar condições de diminuir as desigualdades sociais;

— criar condições de desenvolver um espírito crítico no trabalhador.

Note-se que os telecursos podem muito bem *criar condições*, ou seja, estabelecer as bases para a produção no processo do diálogo, da troca e não na imposição de um saber específico.

Antes de mais nada deveria ser respondida uma outra pergunta: De que precisa o trabalhador? Todos sabemos que ele precisa de emprego garantido e de bons salários. Mas suponhamos que isso é uma tarefa para *ontem* e que hoje temos outras tarefas também urgentes. Entre essas tarefas parece estar a de apare-

lhar esse trabalhador para que possa criar as condições de ascensão social e econômica. Ou seja: o trabalhador precisa ser valorizado como ser humano produtor de riquezas. Precisa, antes de mais nada, ser respeitado no saber que ele possui.

Traduzido em termos educacionais, isto significa que o trabalhador precisa, antes de tudo, que se tome como ponto de partida o ponto onde ele se encontra. O grande problema dos telecursos que pretendem atingir o trabalhador é que eles não foram feitos para o consumo real dos trabalhadores, mas para o deleite específico dos intelectuais que vão ver os "filmezinhos e as aulinhas"⁶. Quer dizer: quando as aulas estão sendo produzidas, é muito comum que nossa tendência seja pensar o quanto estaremos agradando aos nossos pares e não o quanto estamos sendo adequados aos nossos "clientes" ou sujeitos.

O trabalhador merece conteúdos atualizados e de alto nível, sim. Mas ele também merece poder entender esses conteúdos e atingir es-

⁶ É triste, mas é verdade. Quando trabalhava na confecção das aulas do *Telecurso 2000* e revia os roteiros dos filmes de Português ou discutia a melhor finalização das fitas, selecionando materiais, era comum ouvir de colegas: "Ontem vi mais um daqueles filmezinhos do telecurso." Soubessem eles o trabalho que vai desde a concepção até a recepção daqueles "filmezinhos", nunca usariam desta expressão para referir-se a esse tipo de produção intelectual.

ses níveis. *Desde muito antes de Cristo, toda a humanidade sempre soube que se quisesse levantar alguém teria primeiro de chegar até ele.* Este é o maior problema que a intelectualidade enfrenta quando propõe os materiais aos trabalhadores: esquece onde o trabalhador está. Ou então comete o pecado contrário e trata o trabalhador como débil mental. Dá-lhe um conteúdo inadequado, infantil e totalmente idiota. Trata-o como criança.

Um outro aspecto importante nos telecurtos e que, no meu entender, deve ser muito bem cuidado é a questão das habilidades básicas exigidas ou ensinadas. Mas o que é isso que os americanos chamam de *basic skills*, e que a maioria dos intelectuais detesta? Certamente trata-se de uma boa idéia, desde que não se ensine que para entrar numa sala com a porta fechada primeiro é preciso abri-la... *Basic skills* são habilidades básicas definidas histórica, social e contextualmente de maneira diferenciada em cada povo ou cultura. Do contrário, trata-se de visão etnocêntrica, sempre impositiva e enviesada.

As habilidades exigidas do cidadão variaram ao longo da História e talvez sequer sejam universais num dado momento histórico. Os povos diferem em sua história e suas necessidades. Contudo, em todos eles podem-se identificar certas aptidões tidas como básicas e necessárias. Imagine-se o caso dos esquimós, dos árabes no deserto, dos indígenas brasileiros na floresta amazônica ou do morador da favela Dona Marta no Rio de Janeiro. O que é habilidade básica no caso de cada um deles?

A escola tem como missão transmitir tanto os *conteúdos formais* estabilizados na forma de conhecimentos adquiridos ao longo da história, como transmitir *habilidades básicas* que tornam o cidadão um ser livre, crítico, autônomo e integrado no *modus vivendi* de seu tempo. A escola sabe muito bem como transmitir os conhecimentos adquiridos através da história, mas não tem a mesma sensibilidade quanto ao que está diante de seu nariz. Quais são as escolas que se dão ao "luxo" de ensinar o aluno a ler jornal? Qual das escolas se preocupa com os fatos políticos do

momento e sua discussão? Qual a escola que se preocupa em desenhar o mundo do trabalho e das profissões preparando o indivíduo para suas decisões?

Estruturar um curso sensível às habilidades básicas significa estabelecer pequena quantidade de *objetivos* ou *tarefas significativas* que podem ser ensinadas e mensuradas. Por exemplo:

1. *Uso eficiente de recursos*, incluindo tempo, dinheiro, materiais, espaço e pessoas, demonstrando capacidade de: *saber definir prioridades e valores; respeitar normas de qualidade e produtividade; organizar atividades e ações no tempo e no espaço, etc.*

2. *Uso de informação*, incluindo habilidades de: *identificar e avaliar fontes de informação; organizar, interpretar e comunicar a informação; distinguir fato de opinião, etc.*

3. *Compreender as regras básicas de funcionamento* de: *sistemas sociais e organizacionais; sistemas técnicos e tecnológicos*, bem como compreender as relações entre indivíduos e sistemas, e rmais particularmente: *os direitos dos cidadãos e dos*

trabalhadores; o meio ambiente organizacional, social e ecológico; questões de saúde e higiene pessoal e no trabalho, etc.

4. *Aplicar conhecimentos científicos e tecnológicos* para identificar e resolver problemas concretos e específicos.

5. *Demonstrar capacidade de ler e escrever corretamente*, aplicando-a a situações correntes na vida cotidiana e em ambientes de trabalho, particularmente: *sinais e símbolos, documentos, manuais de instrução, etc.*

6. *Comunicar-se* por escrito, oralmente, e em situações de estudo, trabalho e lazer, demonstrando capacidade de: *ter idéias claras, adequadas aos públicos diversos e com a formulação contextualizada.*

7. *Participar produtivamente de grupos de trabalho* ou estudo, demonstrando: *capacidade de ouvir, entender e lidar com diferentes perspectivas; argumentar persuasivamente e lidar com pessoas de distintas origens e hierarquias.*

Este elenco de habilidades foi extraído de um documento preparado como orientação básica para os

professores do *Telecurso 2000*. Parece razoável, mas é polêmico. Fundamental é que não se perca na triilha de um manual de etiquetas ou boas maneiras de comportamento burguês à boa mesa, nem se confunda como manual de instrução de uso dos aparatos burocráticos e tecnológicos de nossa era. Central para essas habilidades é serem elas capazes de preparar um cidadão autônomo, crítico e atento para os fatos de sua época.

Em suma...

Neste breve ensaio, tentei, de maneira relativamente intuitiva, esclarecer que os telecursos voltados para o trabalhador não são necessariamente uma educação para o trabalho nem uma compensação para a escola formal. Muito menos um substituto da instituição escolar formal, como parece querer o governo em seus discursos. Também jamais deveriam eles ser uma porta para a

privatização do ensino ou para a desincumbência dos governos em relação ao ensino básico. São um fenômeno que ainda está por merecer uma melhor definição de perfil e papel. E simplismo demais ver neles uma solução para a falência da escola, pois essa falência não existe. Falida está a capacidade de ação dos responsáveis e não a instituição.

Na verdade, andamos todos fartos de discursos que identificam os problemas nacionais como reflexos de problemas sociais. Também não se agüenta mais esse discurso cansado do "custo Brasil". Mais relevante será identificar os atores sociais e seus respectivos envolvimento e competências, seja como produtores de soluções e incentivadores ou então como alvos dessas soluções e incentivos. Depois disso, resta levar a sério as decisões, se é que há algum interesse nelas. No momento, tudo indica que a indigência está muito mais do lado da ação que do diagnóstico e da proposta.